

Da cor ao corpo: estigmas religiosos que atravessam o espaço escolar

Camila da Silva¹

Resumo: O presente trabalho visa compreender como a cor e o corpo negro são atrelados aos estigmas religiosos presentes no espaço escolar e como esses afetam a construção do indivíduo enquanto um sujeito social. O principal objetivo é analisar os estigmas ligados as religiões de matriz africana na escola, ressaltando a importância da participação dos estudantes no debate acerca do racismo religioso no espaço escolar. Dessa forma, se faz necessário examinar como as percepções são definidas através de um estigma religioso pautados em uma histórica única e como isso influencia indiretamente em casos de intolerância religiosa observadas nas escolas do município. Portanto, percebe-se como os casos de racismo religioso são frequentes, acarretando os estigmas narrados e vivenciados dentro do espaço escolar pelos alunos e como a ausência da aplicabilidade assertiva da Lei 10.639/03 impacta nos comportamentos e discursos produzidos disfarçados de desinformação.

Palavras-chave: Racismo religioso; Conflito racial; Estigmas religiosos; Espaço escolar.

Abstract: The present work aims to understand how the color and the black body are linked to the religious stigmas present in the school space and how these affect the construction of the individual as a social subject. The main objective is to analyze the stigmas linked to religions of African origin in the school environment, emphasizing the importance of student participation in the debate about religious racism in the school space. Thus, it is necessary to examine how perceptions are defined through a religious stigma based on a unique history and how this indirectly influences cases of religious intolerance observed in Seropédica schools. Therefore, it is clear how frequent cases of religious racism are, leading to stigmas narrated and experienced within the school space by students and how the absence of assertive applicability of Law 10.639/03 impacts on behaviors and discourses produced disguised as misinformation.

Keywords: Religious racism; Racial conflict; Religious stigmas; School space.

¹ Cientista Social pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
Email: camilaaneto@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O trabalho visa compreender como a cor e o corpo negro estão atrelados a estigmas religiosos no espaço escolar e como essas acusações pejorativas afetam na construção do indivíduo, seja no reconhecimento de si, da cultura, diversidade e sobretudo da sua identidade. Dessa forma, é possível entender quanto o ambiente escolar é um local diverso, com valores e crenças diversificadas, por isso, a diferença e o conflito se tornam explícitos. Por mais que seja um ambiente educacional que visa o desenvolvimento dos estudantes, o racismo religioso, intolerância e estigmas adentram nesse ambiente ocasionando desentendimentos e construções negativas para com o corpo negro e a história e cultura afro-brasileira e africana.

Assim, o primeiro momento do texto será dedicado a uma breve revisão do corpo negro no processo histórico, visto que para entender como a cor e o corpo negro estão atrelados a noções negativas e pejorativas, é preciso compreender como o corpo negro foi visto e colocado na sociedade ao longo dos anos e qual o lugar que esse corpo ocupa na atualidade. Nesse sentido, se faz necessário compreender como a violência racial impactou corpos negros ao longo dos séculos e como a violência se faz presente na atualidade, moldando estruturas sociais, as relações estabelecidas e até mesmo o espaço escolar.

O segundo momento se dedicará a abordar sobre o espaço escolar enquanto um espaço de convivência das diferenças, na medida em que os conflitos se apresentam de diferentes maneiras, mais precisamente sobre os estigmas religiosos relacionando com o racismo e a intolerância manifestados contra religiões afro-brasileiras. Além disso, perceber como a escola falha na aplicabilidade da Lei 10.639/03 com a inclusão de ensino de História e Cultura afro-brasileira e africana e das relações étnico-raciais, visto que para os alunos dessas escolas, a ausência da Lei é um fator que corrobora para a manifestação desse conflito no ambiente educacional.

Nesse sentido, foram analisados os podcasts realizados pelos alunos de duas escolas no município da baixada fluminense, para entender o contexto em que essas escolas estão inseridas, marcadas por uma conjuntura fortemente evangélica e refletir como o racismo religioso caminha de mãos dadas nas escolas. Atrelado a isso, o estigma produz uma marca social de valorização negativa, que recai por aqueles que professam qualquer religião afro-brasileira, que por vezes essas situações são silenciadas e

naturalizadas no ambiente escolar, ocasionando uma insegurança para alunos denunciarem as experiências negativas que enfrentam devido a fé que professam.

Por fim, o presente trabalho abordará a escola e o corpo negro como principais objetos de pesquisa, para pensar os estigmas religiosos, a violência e o racismo religioso encontrados no ambiente escolar. Para além disso, refletir sobre a construção de um ambiente educacional seguro, justo, igualitário e que tem como finalidade um ensino que respeite a diferença e diversidade manifestada por diversos estudantes dentro desse ambiente. A escola deve ser construída como um local seguro e acolhedor, que ensina a partir das diferenças e não um ambiente que se afasta devido a diversidade.

A VIOLÊNCIA DO RACISMO CONTRA CORPOS NEGROS

Ao refletir sobre o corpo negro na sociedade, percebe-se como a cor e o corpo estão atrelados um ao outro, como um sinônimo, complemento de seu significado e maneira. A cor não se separa do corpo, o corpo não se separa da cor e isso pode ser compreendido através de todo processo histórico acoplados no corpo negro durante o período colonial, na qual corpos negros foram marginalizados, desumanizados e roubados o seu direito e reconhecimento na luta para serem identificados enquanto humanos. Com base nisso, abordar sobre o corpo negro é refletir sobre a temporalidade histórica em que o negro lutou e luta por reconhecimento, direito, e contra o processo de aniquilação por consequência do racismo estrutural e estigmas direcionados a pessoas pretas. Refletir sobre o corpo negro é comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se nas suas potencialidades, pois ser negro não é uma condição dada, a priori. É um vir a ser. Ser negro é tornar-se negro (SOUZA, 2021).

Diante disso, a cor e o corpo negro estão presentes durante todo o processo histórico da formação do mundo contemporâneo, sobretudo, na formação do Brasil, na qual seu corpo foi utilizado como uma mão de obra barata através de golpe, chicote, tronco e senzala. O corpo negro esteve presente no navio negreiro, na escravização e genocídio que por séculos os europeus se beneficiavam através da dominação e subalternização desses corpos, utilizando o fanatismo religioso professados por aqueles que entendem que há apenas um único caminho, verdade e a vida. Desse modo, abordar sobre o corpo negro é refletir sobre como os impactos do período colonial geram para esses corpos na atualidade, sobretudo, na cultura afro-brasileira e africana, nas religiões

de matriz africana e todo resgate histórico traçado ao longo do processo. Portanto, relacionado a isso, a colonialidade é o maior vestígio do período colonial que atravessa os corpos negros na sua existência, pois entende-se que o colonialismo é uma ferida que nunca foi tratada. Uma ferida que dói, por vezes infecta, e outras vezes sangra (KILOMBA, 2019).

Quando se fala de colonialismo, se fala sobre uma situação colonial que marcou uma experiência histórica no passado e que hoje, a colonialidade traz os vestígios para a sociedade moderna, esses resquícios foram profundos laços coloniais e que não terminaram com o processo de independência, ele se desdobra na modernidade. Assim, a colonialidade é uma face oculta da modernidade (RUBBO, 2019), que caracteriza humanos e não humanos, civilizados e selvagens, estabelecendo o que é bom e ruim imposta pelos povos colonizadores aos colonizados. Esta distinção entre colonialidade e colonialismo explica, assim, a continuidade das formas coloniais de dominação após o fim da administração colonial, uma vez que estas estruturas de poder e subordinação passaram a ser reproduzidas através dos mecanismos do sistema colonial (ASSIS, 2014). Um importante exemplo disso é a catequização que ocorria dos europeus para com os povos originários, pois havia a crença de que os indígenas eram povos sem salvação e apenas o catolicismo seria a cura para a condição que viviam.

A violência racial que atravessa corpos negros de forma constante, contínua e cruel, sem pausa ou repouso, acontece através de uma dupla junção: a de encarar o corpo e os ideais do ego do sujeito branco e a de recusar ou negar e anular a presença do corpo negro (FREIRE, 1983). A primeira, se refere ao corpo negro regulado, colocado em um lugar de não direito e invalidando suas questões étnico-raciais, sua história, cultura e religião, que por muitos anos foi pautada em um local de desumanização. A segunda parte, ao negro emancipado, que ocupa lugares de direito, de poder que reconhece o legado histórico carregado pela África, e sobretudo, a importância de sua cultura e religião como fonte da diversidade norteadas não apenas na sociedade brasileira, como também inseridas dentro do sistema educacional na construção de uma educação emancipadora.

Para abordar a construção do corpo negro, primeiro é preciso falar sobre as condições que esses corpos foram colocados na sociedade ao longo da história. Como apontado por Rediker (2011), o tráfico negreiro foi o estopim central para todas as desproporções que ocorreram com corpos negros, desde a migração forçada de seu continente, a viagem onde corpos negros ficavam enjaulados, na super lotação, condições

desumanas, restrições a alimentação e higiene, a escravização e genocídio até os dias atuais. A partir disso, povos negros, sua história e cultura sofrem um longo processo de silenciamento e apagamento, seja na questão histórica, social, política e sobretudo na questão religiosa, na medida em que são condenados por cultuar religiões que são lidas como demonizadas, devido a todo processo de embranquecimento que opera através do racismo religioso, da eugenia e do mito da democracia racial, que por muito tempo permaneceu como um projeto falso de igualdade.

A teoria da democracia racial surgiu para mascarar todo o racismo penetrado na sociedade, desde o racismo científico, as políticas de embranquecimento baseadas em uma eugenia até os dias atuais. O mito da democracia racial silencia, apaga e afasta qualquer possibilidade de discussão sobre igualdade e direito à diferença que envolvam a questão racial por achar que há um equilíbrio alcançado, principalmente quando se trata do âmbito educacional, na qual casos de racismo religioso se tornam cada vez mais sensíveis dentro do espaço e, conseqüentemente, silenciados, favorecendo a permanência do estigma religioso imputado sobre religiões de matrizes africana e afro-brasileiras.

Desse modo, tendo seu corpo desumanizado, sua cor subjugada, sua religião negada, sua história apagada e sua cultura apropriada, o negro permaneceu condenado a um mundo que não se organizou para tratá-lo como ser humano e como “igual” (FERNANDES, 1972). Mas ainda assim, se espera que o corpo negro seja benevolente, grato pela “ascensão” na sociedade, por uma liberdade que a história do Brasil registra com o nome de “Lei Áurea”, o que não passou de uma forma de exoneração de responsabilidades dos senhores, do Estado e da Igreja para ocultar um assassinato em massa e multiplicação de crimes (NASCIMENTO, 2016). Com isso, todo o processo de embranquecimento, imposição e negação da cultura, história e religião do corpo negro foi manifestada para não o integrar na sociedade, pelo contrário, esse caminho de desumanização criou uma desestabilidade cultural, psíquica e moral, deixando-o sem raízes, para melhor dominá-lo e explorá-lo (MUNANGA, 2020).

Perceber o processo do estigma religioso, da intolerância e racismo que atravessa corpos negros presentes não apenas na sociedade, mas também nos espaços escolares, se faz necessário para compreender como surgiu todo o processo de desumanização e subjugação atreladas ao corpo negro, sua história, cultura e religião e o lugar no qual esses foram colocados no processo histórico. Assim, é imprescindível denunciar os estigmas religiosos que são atribuídos às religiões afro-brasileiras expressados no ambiente

escolar, que por muita das vezes são normalizadas, silenciadas ou até mesmo domesticadas através de uma folclorização por parte de uma ideologia dominante no Brasil (PEREIRA, 1983), com o intuito de tornar uma tarefa mais difícil para denunciar.

Portanto, o trabalho se atentará em como o espaço escolar pode ser um reflexo da sociedade, visto que, o racismo estrutural como apontado por Silvio Almeida (2018), determina as regras a partir de uma ordem social estabelecida. Assim, se o racismo religioso é uma decorrência das estruturas sociais que normaliza e tem como verdade os padrões e regras baseados na discriminação racial e religiosa, nota-se que essa estrutura social adentra no ambiente escolar e que os sujeitos reproduzem esse processo social e histórico, afetando a vida de alunos e da instituição de ensino.

ESTIGMAS RELIGIOSOS QUE ATRAVESSAM O ESPAÇO ESCOLAR

O espaço escolar é um ambiente diverso, na qual os alunos têm acesso a diversas culturas, ensinamentos e experiências através do desenvolvimento cognitivo e educacional na formação do ser. Para além disso, a escola também é um espaço de socialização (BERGER, 1973), na medida em que os estudantes entram em contato com o outro e adquirem outras formas de saber e aprender no convívio social, desse modo, a instituição escolar deve ser uma instituição de respeito a diferença, que promova a igualdade e o direito ao aluno de estudar, para o respeito a cidadania e preservação a laicidade. Contudo, o não acolhimento da diversidade religiosa, faz com que estudantes sejam vítimas de violência, assim como também os produtores delas (ELEOTERIO, 2020).

Na medida em que conflitos religiosos são negligenciados dentro do espaço escolar, devido a todo apagamento histórico, cultural e o silenciamento que ocorre através do racismo religioso contra religiões afro-brasileiras, são motivos para que o preconceito religioso prevaleça dentro dos ambientes educacionais, contribuindo com a intolerância com a fé que o outro professa e no que ela representa na diversidade cultural brasileira. Com isso, a denúncia do racismo religioso manifestada no interior do espaço escolar está relacionada com todo processo histórico vivido por pessoas negras que foram brutalmente escravizadas no período colonial, com os estigmas religiosos pautados nas religiões de matriz africana, que foi iniciado no Brasil colônia, com a omissão da laicidade do Estado, e sobretudo, da ausência da aplicabilidade assertiva da Lei 10.639/03, que tem como

objetivo propagar a obrigatoriedade do conhecimento da história e cultura africana e afro-brasileira nos espaços formais de ensino.

Nesse sentido, quando a escola não cumpre com o direito a uma educação para todos, com respeito a diferença e igualdade, que proporcione um ensino diverso, se torna um espaço vulnerável ao conflito da violência racial e ao racismo religioso, onde o medo e a insegurança prevalecem para estudantes que professam religiões afro-brasileiras, especialmente alunos negros. Os estigmas predominantes que se assentam sobre as religiões afro-brasileiras recaem principalmente para estudantes negros, na medida em que o racismo religioso atravessa de uma forma diferente para os estudantes negros em comparação aos estudantes brancos. Enquanto estudantes brancos que professam a religião afro-brasileira lutam pelo direito de professarem sua fé sem discriminação, em busca pela igualdade e o direito de se expressarem livremente, indo contra os estigmas religiosos, os estudantes negros além de participarem da mesma luta, também precisam lutar para que sua cor seja respeitada e que toda história e cultura que parte dela não recaia sobre o apagamento histórico e cultural.

Quando se trata do racismo religioso, para corpos negros, essa questão tem um significativo diferente, visto que o ódio às religiões afro-brasileiras parte da recusa a tudo que envolve a cultura africana e sua representação para o povo negro. Além disso, o racismo religioso é uma questão diretamente ligada ao racismo estrutural do país, e especialmente ao período colonial e seus impactos gerados nos corpos negros, contra pessoas de terreiro e seus templos religiosos. Nesse sentido, o referencial histórico de violações é interpretado como uma forma de tratamento de negação da dignidade das pessoas, o que afeta diretamente o reconhecimento pleno de direitos de cidadania (MIRANDA, CORRÊA e ALMEIDA, 2017).

Dessa forma, estigma pode ser entendido como uma marca social que recebe uma valoração negativa, ou seja, a sociedade formula métodos para categorizar as pessoas e isso ocorre através dos estigmas tribais de raça, nação e religião que podem ser transmitidos pela linguagem (GOFFMAN, 1975). Contudo, um grupo só pode estigmatizar o outro com eficácia quando está bem instalado em posições de poder, distinta do grupo estigmatizado (ELIAS e SCOTSON, 2000). Logo, o estigma religioso sobre as religiões afro-brasileiras surge como uma forma de inferiorização e regulação, que vai ao encontro do ambiente escolar, que é um espaço de aprendizado e construção

para os estudantes, contudo, a não preservação da dentro dos espaços de ensino desencadeia diversas práticas de intolerância religiosa vivenciadas pelos estudantes.

Ainda que esteja definida a laicidade do Estado garantida pela Constituição de 1988, no ambiente escolar o racismo religioso e o preconceito contra práticas religiosas afro-brasileiras marcam presença em diversas maneiras, seja nas falas, olhares, recusa no processo de ensino religioso que não seja do católico ou protestante e uma resistência ao ensino da história e cultura africana e afro-brasileira na escola. A produção da intolerância religiosa pode se expressar através do desprezo pelo patrimônio cultural africano e afro-brasileiro, pela negação do status religioso devido à crença na demonização das religiões afro-brasileiras e manifestações inerentes a ela (VIEIRA, 2017). Atrelado a isso, a não resolução ou mediação desses conflitos acerca do racismo religioso presentes na escola, propicia um espaço de ensino na qual o estigma e preconceito se sobrepõem no ambiente escolar em detrimento do respeito e igualdade.

A instituição escolar contribui na formação do ser e sua inserção na sociedade. Desmistificar as noções pejorativas e os estigmas religiosos pautados nas religiões afro-brasileiras é uma obrigatoriedade não apenas na questão da ética, mas sobretudo no cumprimento na educação das relações étnico-raciais, uma educação de igualdade e respeito às diferenças. A ideia de que a cultura africana está diretamente ligada com uma religião que cultua demônio, além de preconceito, é racismo religioso que através dos séculos essa noção foi implementada na sociedade para deslegitimar a cultura africana e demonizar toda diversidade que molda o Brasil até os dias atuais. Assim, se faz necessário refletir sobre o direito à diversidade em um contexto marcado pela disputa entre as maiorias religiosas católica e evangélica (MIRANDA, 2015) e em uma estrutura racista que privilegia grupos em detrimento de outros.

Ademais, quando o racismo estrutural adentra no espaço escolar como um fomentador do racismo religioso, ele abdica de um espaço justo e seguro. É importante analisar que na instituição escolar haverá o conflito oriundo das diferenças, visto que há um encontro de múltiplos saberes, valores, conhecimentos e culturas que por muitas vezes se chocam através da socialização entre os seres (PINTO, 2015). Desse modo, quando se reconhece o conflito dentro da escola, suas causas e movimentações, também se reconhece a maneira de mediar essas situações, para que casos como esses não se tornem comuns ou naturalizados dentro desse ambiente, para que os estudantes tenham coragem

de denunciar o racismo religioso disfarçado de opinião, sem o medo da descredibilização estar acompanhando a situação.

Casos de racismo religioso dentro do espaço escolar não são casos isolados, pelo contrário, são casos corriqueiros que por vezes são abafados pela direção pedagógica e negligenciados pela não mediação conflituosa que surge através da manifestação da fé. De acordo com Neto (2017), a intolerância religiosa ocorre pela perseguição das minorias e pela atividade de vandalismo aos símbolos religiosos, isso pode ser percebido através dos relatos e experiência dos estudantes de Seropédica dentro da instituição escolar. O conflito do racismo religioso pode ser causado por qualquer integrante do espaço escolar, mas que ainda sim, é um assunto pouco tratado dentro desses espaços devido a um tabu que envolve as religiões afro-brasileiras e até mesmo a insegurança dos estudantes de denunciar o racismo religioso sofrido, na medida em que por muitas vezes são minorias dentro desse local.

Sendo assim, construir um ambiente escolar que discuta sobre administração de conflitos através do diálogo com os alunos, não é uma tarefa deslocada da realidade. O projeto da Feira de Ciências Conflitos e Diálogos na Escola² carrega o objetivo de trabalhar os diversos conflitos encontrados dentro do ambiente escolar através de um espaço de diálogo, escuta, mediação e construção, para que os alunos se expressem livremente sobre questões que os afligem enquanto estudantes dentro da escola. Ao todo, em duas edições da Feira de Ciências, ocorrendo em 2020 e em 2022, obteve-se trinta e seis trabalhos produzidos sobre diversos temas referentes aos conflitos observados pelos estudantes no ambiente escolar, assim, ela integra um esforço do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia – Instituto Nacional de Estudos Comparados em Administração de Conflitos (INCT-InEAC/UFF) e analisa de que maneira os conflitos estão presentes e são administrados no espaço escolar.

Com isso, a Feira de Ciências resultou em grandes trabalhos acerca dos conflitos escolares, mais precisamente acerca do racismo religioso manifestado dentro desse espaço, ocasionando em trabalhos como: “Estigmas religiosos no ambiente escolar: o

² A feira de ciências teve como objetivo propiciar um espaço de diálogo entre pesquisadores da Universidade pública e professores e alunos do Ensino Médio, de maneira que os alunos possam expressar-se, buscando trabalhar a educação científica a partir de temas relacionados aos processos de administração de conflitos em ambientes escolares. Ela integra um esforço do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia – Instituto Nacional de Estudos Comparados em Administração de Conflitos (INCT-InEAC/UFF) em construir uma linha de pesquisa que procure analisar de que maneira os conflitos estão presentes e são administrados no espaço escolar.

caso das religiões de matriz africana” e “A intolerância religiosa e o fanatismo religioso caminhando de mãos dadas na escola”³. Esses são trabalhos que abordam diretamente a visão dos próprios estudantes acerca dos estigmas e intolerância religiosa encontrados dentro do espaço educacional, assim, os alunos trazem suas perspectivas sobre o assunto, relacionando com suas experiências e vivências dentro da escola, por isso, esse é um tema extremamente sensível e importante para a construção desse diálogo entre os alunos e o espaço escolar.

Os trabalhos foram desenvolvidos com podcasts que propõem trabalhar a visão dos alunos sobre o espaço escolar, assim, os próprios alunos escolheram trabalhar através do tema racismo religioso, pois esse é um conflito muito sensível dentro de suas respectivas escolas. Com isso, ambos podcasts são de dois colégios do ensino médio, localizados no Rio de Janeiro, na Baixada Fluminense, na qual seis estudantes participaram do projeto, onde formaram um grupo de duas pessoas e outro grupo de quatro pessoas, para debaterem suas perspectivas da religiosidade e manifestações da fé que cada estudante professa no espaço escolar.

Para compreender a motivação pelo assunto nos trabalhos propostos dos alunos, é importante conhecer o local e o contexto em que essas escolas estão inseridas. A cidade lidera o ranking contendo 44% da população evangélica, dessa forma, é a cidade da Baixada Fluminense com o maior índice de evangélicos, esses são números expressivos que ajudam a compreender como os alunos observam a questão do racismo religioso dentro do espaço escolar. Marcada em um contexto fortemente evangélico, onde até mesmo feriado municipal intitulado como “Dia do Evangélico” é seguido pelos residentes, é possível perceber como a estrutura social inserida no local adentra no espaço escolar, e por vezes, estabelece as formas de relações, percepções, crenças e socialização entre os alunos que estudam nesse município. Logo, através dos podcasts trabalhados pelos alunos, é possível perceber que há uma diferença na abordagem sobre o assunto em que os grupos irão tratar, visto que ambos grupos trabalham com perspectivas diferentes.

³ Os podcasts foram realizados em duas escolas na Baixada Fluminense, através da parceria da UFRRJ com o InEAC, auxiliado pelo grupo de pesquisa “Administração de Conflitos em Ambientes Escolares” da docente Nalayne Mendonça Pinto, na qual contribuiu na mobilização das escolas com esse projeto.

O primeiro podcast a ser analisado é “Estigmas religiosos no ambiente escolar: o caso das religiões de matriz africana”⁴, que tem como base uma análise crítica do sistema atual de ensino do Brasil em relação ao ensino da cultura afro-brasileira e dos povos originários e a importância desse debate na construção do conhecimento escolar. Os alunos apontam que a catequização de indígenas escravizados na era colonial do Brasil por parte dos portugueses seria o grande fator responsável pela predominância do cristianismo, uma vez que o catolicismo era posto como única religião verdadeira e responsável por cultivar o bem. Além disso, argumentam sobre a existência de outras religiões que cultivam o bem para além das religiões de matriz cristã, e relatam casos de intolerância religiosa que presenciaram dentro das escolas, como por exemplo, a exclusão de duas colegas de turma por não serem cristãs ou professores que professavam religiões de matriz africana não podiam se manifestar religiosamente dentro do espaço escolar.

Nesse sentido, os alunos procedem na discussão sobre como o Estado falha ao não cumprir com a sua laicidade, pelo contrário, contribui com os estigmas impostos às religiões de matriz africana e com o não cumprimento do ensino religioso no seu modo plural e devido. O interesse dos alunos sobre o tema da pesquisa surgiu através de experiências negativas vivenciadas por professores e alunos dentro do ambiente escolar. Essas experiências produziram estigmas e acusações, e, ao perceberem os impactos destes momentos, decidiram refletir sobre as causas da intolerância religiosa, conectando com o racismo observado na sociedade brasileira.

Para esses alunos, o principal objetivo do podcast é analisar e desconstruir estigmas ligados às religiões de matriz africana no ambiente escolar, ressaltando a importância da execução das Leis 10.639/03 e 11.645/08 que define a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena no Brasil. Contribuir para a desconstrução de noções pejorativas relacionadas à cultura negra e dos povos originários e analisar mecanismos para o combate à intolerância religiosa. Desse modo, através do podcast os alunos puderam ressaltar suas perspectivas enquanto estudantes que vivenciaram e observaram diversos casos como esses em sua instituição escolar.

⁴ Ouvir podcast online: < <https://podcasters.spotify.com/pod/show/pesquisas-escolares/episodes/5--Estigmas-religiosos-no-ambiente-escolar-O-caso-das-Religies-de-Matriz-Africana-en71mv> > Acesso em 19 de junho de 2023.

O segundo podcast a ser analisado é “A intolerância religiosa e o fanatismo religioso caminhando de mãos dadas na escola”⁵, que tem como base uma análise acerca da intolerância e do fanatismo religioso enquanto uma manifestação normalizada entre os alunos do ambiente escolar. Além disso, entende-se que esse é um assunto que ao longo dos anos se tornou sensível para o colégio, um tema que atravessa uma linha tênue entre a divergência de opinião para o racismo religioso, na qual o respeito é deixado de lado e a intransigência caminha de mãos dadas com os estigmas impostos. Com isso, o interesse dos alunos sobre esse tema surgiu através dos riscos prejudiciais e psicológicos que a ausência desse debate representa para o corpo estudantil.

Através das experiências negativas também observadas por esses estudantes de outra escola do mesmo município, os alunos perceberam que a escassez desse debate produz não apenas estigmas e acusações, mas também afeta no convívio social dos estudantes inseridos na escola, trazendo como exemplo, os alunos relatam ter presenciado um estudante ser agredido por ser espírita por um outro colega que eles intitulam como um "cristão fanático". Assim, o principal objetivo proposto por eles é tornar a discussão desse debate visível no espaço escolar, contribuir com discussões ligadas às religiões, estigmas impostos, e principalmente, combater o racismo religioso dentro da instituição escolar, pois esse é um espaço de mútua aprendizagem, desenvolvimento cognitivo e social e que também deve ser um ambiente de respeito e igualdade.

Um outro fator que corrobora para a discussão do debate do racismo religioso nas escolas, é perceber o quanto o assunto é visivelmente sensível para esses estudantes. Em 2022, foi realizado palestras nas escolas em que foram trabalhadas as Feiras de Ciências, através disso, com a semana de prevenção a violência, as palestras funcionaram como uma forma de orientação e mediação dos conflitos ocorridos no espaço escolar, tendo como principal foco os alunos e experiências que eles presenciaram ou viveram nas escolas. Desse modo, trabalhando com os diversos conflitos nas escolas, como bullying, gordofobia, racismo, homofobia e outros, após o surgimento do tema “Intolerância Religiosa”, notou-se uma manifestação por parte dos alunos através dos relatos de outros estudantes que pertencem as religiões afro-brasileiras. De um lado, havia estudantes que professavam as religiões do candomblé e umbanda, relatando que não recebiam o mesmo

⁵ Ouvir podcast online: < <https://podcasters.spotify.com/pod/show/pesquisas-escolares/episodes/23--A-intolerncia-religiosa-e-o-fanatismo-religioso-caminhando-de-mos-dadas-na-escola-II-Feira-de-Cincias-e-lpj7ng> > Acesso em 19 de junho de 2023.

tratamento ou não eram vistos da mesma forma que os católicos ou evangélicos eram vistos dentro da escola. De outro lado, havia estudantes católicos e evangélicos relatando que não tinham preconceito com religiões consideradas afro-brasileiras, apenas enxergavam essas religiões como erradas por cultuarem um outro Deus que não seja no que eles acreditam.

Através da discussão que se intensificou na palestra e dos relatos das professoras expondo que esse assunto se encontra em um local vulnerável para esses estudantes, percebeu-se que a religião é ao mesmo tempo legitimada e deslegitimada na escola (MIRANDA e MAIA, 2014). Dessa maneira, para esses estudantes o conflito do racismo não pode ser resolvido pelo ensino religioso, visto que o ensino religioso que eles recebem nas escolas privilegia apenas algumas religiões, em contrapartida, outras religiões são negligenciadas e por vezes abordadas erroneamente nos espaços escolares. Consequentemente, isso estabelece uma hierarquia de privilégios de estudantes evangélicos ou católicos para com estudantes que professam uma religião afro-brasileira, na medida em que dependendo da forma como esse assunto é abordado em seu espaço escolar, estudantes católicos ou evangélicos se beneficiam dessa condição e transferem estigmas através do olhar e falas carregadas de racismo religioso.

Nesse sentido, apesar de ambos podcasts abordarem sobre como o fanatismo religioso -termo utilizado pelos próprios alunos do trabalho em questão - traz malefícios para o espaço escolar, afetando a estrutura da escola e os seus estudantes, as perspectivas que ambos grupos passam através do trabalho são opostas e percorrem caminhos diferentes. Enquanto um trabalho foca em um respaldo histórico do período colonial acerca da religião como o fomentador do estigma, trazendo para o debate o racismo religioso, a importância de existir de fato um Estado laico e a aplicabilidade da Lei10.639/03 como uma forma de resolução desse conflito para que o respeito à diversidade e diferença prevaleça na escola, o outro trabalho foca na questão da intolerância e fanatismo caminhando juntos com o extremismo, como um agente responsável pelo conflito religioso. Assim, os alunos evidenciam como os ataques causam riscos para a saúde mental dos alunos e como o não preparo para lidar com o assunto os adoecem e os desmotivam dentro da instituição de ensino.

Dada a quantidade de materiais produzidos acerca do conteúdo, é importante trazer o debate para o ambiente escolar para que as disciplinas também trabalhem com a temática, pois aprender sobre religião é também aprender sobre nossas vidas, nossos

valores, subjetividades e liberdade religiosa, sobretudo, o direito ao livre pensamento e o respeito a diferença, que é o ponto crucial da discussão pública sobre religião (MACHADO, 2022). Assim sendo, os principais pontos abordados em ambos podcasts é a necessidade da inclusão desse tema no espaço educacional, para a promoção de uma educação igualitária com respeito à diferença. Para isso ocorrer, se faz necessário a desconstrução de noções pejorativas e estigmas religiosos que tem como fundamento o racismo impregnado na sociedade brasileira, devido a recusa em reconhecer a história e cultura afro-brasileira e africana como um importante delineador da história do Brasil, seus costumes e diversidade.

Diante do exposto, a construção de noções pejorativas e estigmas religiosos surgem desde cedo com um embasamento eurocêntrico fabricado nas histórias do Brasil nos anos de ensino fundamental, na medida em que por muitos anos, o período colonial e escravagista foi repassado através de uma única história e ponto de vista. Falar sobre uma história única é falar sobre poder (ADICHIE, 2019), quando uma história é contada apenas por uma única perspectiva, o poder oferece a habilidade dessas histórias se tornarem definitivas, enfatizando sempre na diferença, com isso, essa perspectiva pode ser compreendida dentro da instituição de ensino, na medida em que muitas das vezes o currículo escolar não abrange a Lei 10.639/03 em sua prática pedagógica.

O espaço escolar tem um papel imprescindível para eliminação na discriminação racial e emancipação de grupos discriminados, com isso, a educação das relações étnico-raciais impõe aprendizagens entre brancos e negros, trocas de conhecimentos, quebra de desconfianças para construção de uma sociedade justa, igual, equânime (BRASIL, 2004). Dessa forma, estudar as relações da educação étnico-raciais dentro do espaço escolar através da Lei 10.639/03 é proporcionar culturas diferenciadas, conhecimentos, um espaço democrático e igualitário para os estudantes, de maneira que eles possam se sentir seguros e acolhidos dentro desse ambiente, sem medo de expressar sua fé.

A Lei 10.639/03 é uma alteração trazida à Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que tem como objetivo o reconhecimento e valorização da diversidade que compõe a população brasileira. Abordar a Lei 10.639/03 no espaço escolar, é trazer outra perspectiva da história, é trabalhar o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana em uma perspectiva positiva, evitando distorções, articulando o ensino entre passado, presente e futuro através de experiências, construções e

pensamentos produzidos em diferentes circunstâncias e realidades do povo negro (BRASIL, 2004).

Contudo, ao analisar os currículos escolares, as opiniões expressadas pelos alunos através dos podcasts, e os diversos casos de racismo religioso contra corpos negros no espaço escolar, percebe-se que há uma negligência da aplicação da Lei 10.639/03 e um descaso para a educação das relações étnico-raciais apontada nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica. Além disso, nota-se uma reprodução de narrativas históricas calcadas no eurocentrismo e informadas pelo racismo que marginaliza, exclui as populações negras (PEREIRA e SILVA, 2021) e inviabiliza a aplicabilidade da lei para além do mês de novembro, assim, se a educação é um direito de todos e para todos, logo a escola não assegura esse direito a educação e como consequência contribui com os casos de racismo religioso expressado dentro desse ambiente.

Dessa maneira, a Lei 10.639/03 juntamente com a educação das relações étnico-raciais tem como fundamento assegurar a igualdade, direito e condições de vida através do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, trabalhando a formação da nação brasileira com diferentes fontes e culturas nacionais. A promoção dessas histórias não é benéfica apenas para corpos negros que poderão se sentir representados e incluídos dentro dos currículos escolares, mas também para pessoas brancas e todo o ambiente escolar, pois promove uma equidade de relações, na qual grupos não se sobreponha aos outros em uma tentativa de serem ou parecerem superiores. Esse reconhecimento implica justiça e direitos sociais:

Reconhecer exige que se questionem relações étnico-raciais baseadas em preconceitos que desqualificam os negros e salientam estereótipos depreciativos, palavras e atitudes que, velada ou explicitamente violentas, expressam sentimentos de superioridade em relação aos negros, próprios de uma sociedade hierárquica e desigual (BRASIL, 2004).

Nesse sentido, o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana impõe aprendizado, troca de conhecimento, experiências, quebra de desconfiança e propõe um projeto conjunto para a construção de uma sociedade justa, igualitária e equânime no espaço escolar (BRASIL, 2004, p.499). Para isso, a escola tem que se desfazer de construções pejorativas, mentalidade racista e superar o etnocentrismo, problemas esses enraizados no processo histórico brasileiro desde o período colonial, que molda

comportamentos, inferioriza, estigmatiza e desumaniza corpos negros para com os corpos brancos, religiões evangélicas ou católicas para com religiões de matriz africana.

Diante disso, o conflito racial e da cor encontrados no ambiente escolar são frutos de um projeto de negligência e descaso perpetuados no Brasil ao longo dos séculos, e que por vezes, adentram no ambiente escolar interferindo na educação e nas relações entre alunos, professores e toda a instituição pedagógica. Os casos de racismo religioso expressados por alunos dentro do espaço escolar são casos que são silenciados e negligenciados pela equipe pedagógica, e conseqüentemente, oferecem um aval de liberação para outros estudantes continuarem propagando estigmas e inverdades baseadas em uma intolerância disfarçada de opinião, que deslegitima religiões afro-brasileiras e recusa culturas e histórias oriundas do continente africano.

Portanto, se a escola é uma instituição de ensino que tem como dever promover uma educação justa e igualitária para todos, sem distinção ou exceção, cabe a instituição escolar desenvolver propostas pedagógicas que visem a um ensino que atenda a obrigatoriedade da Lei 10.639/03 baseada em uma educação das relações étnico-raciais. Com isso, através da promoção de uma educação que aborde o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana de uma maneira positiva, o ambiente escolar caminha na construção de um espaço igualitário, diverso, na qual as diferenças se tornam um caminho de possibilidade de construção e conhecimento para a promoção do respeito, ao invés de ser o motivo de conflito e violência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao tratar do corpo negro, é imprescindível falar sobre o processo histórico de luta por reconhecimento, direitos, contra estigmas, racismo e intolerância causadas ao longo do período de sua existência. O tráfico negreiro foi o ponto central para todas as ações desumanas realizadas contra os corpos negros, tanto na era colonial, quanto atualmente, através disso, os estigmas impostos à sua cor e sua religião, dados pela intolerância e pelo racismo, o corpo negro foi alvo de escravização, genocídio, desumanização e subalternização. Como apontado anteriormente, o colonialismo é uma ferida que nunca foi tratada e que hoje impacta a vida, relações sociais e perspectivas que moldam e se estruturam na sociedade.

O racismo penetrado na sociedade é mascarado através da ideia de democracia racial, que apaga e afasta toda possibilidade de discussão sobre direito à diferença e igualdade racial por vender uma falsa ideia de igualdade já alcançada. O mito da democracia racial se faz presente especialmente no âmbito educacional, espaço onde casos de racismo religioso se mostraram normalizados e silenciados pela equipe pedagógica, fortalecendo os estigmas religiosos imputados sobre religiões de matrizes africanas e afro-brasileiras, como exposto aqui neste trabalho pelos casos dos estudantes de Seropédica.

Desse modo, compreender o processo histórico do racismo, da intolerância e do estigma religioso, não só na sociedade, mas também no ambiente escolar, é entender como ocorreu todo o processo de desumanização e subjugação do corpo negro. É indispensável denunciar os estigmas religiosos que são relacionados às religiões afro-brasileiras expressados no ambiente escolar, que com uma certa frequência são amenizadas, silenciadas, disfarçadas de opiniões ou até mesmo domesticadas através de uma folclorização por parte de uma ideologia dominante no Brasil, com o intuito de tornar uma tarefa mais difícil para denunciar.

Todo o apagamento histórico, cultural e o silenciamento que acontece a partir do racismo religioso contra religiões de matriz africana, adentram no espaço escolar como uma estrutura social, logo, torna o ambiente educacional um espaço de conflito de racismo religioso, na qual os diversos casos denunciados por estudantes deixam esse tema cada vez mais sensíveis para possíveis mediações e resoluções. Com isso, o reconhecimento da diversidade religiosa faz com que os alunos sejam vítimas de violências, ao mesmo tempo que se tornam reprodutores delas em um espaço educacional.

Dessa maneira, se faz necessário reconhecer a importância dos estudantes como principais agentes do espaço escolar para discutir e debater questões sobre os conflitos, violência, sobretudo, sobre o racismo religioso, pois é somente através das experiências e vivências compartilhadas por esses alunos, de suas perspectivas em debates que a administração e mediação dos conflitos se farão possíveis no ambiente escolar. Para isso, evidenciar a importância dos alunos para o debate através das suas relações sociais estabelecidas nas escolas, de seus conhecimentos produzidos enquanto estudantes, salienta como o trabalho deles são reveladores, seja através das novas metodologias de ensino ou compartilhando saberes.

Portanto, compreender a liberdade religiosa e o respeito à diferença uns pelos outros, pela cultura e história afro-brasileira que moldaram o processo histórico do Brasil é de suma importância para que o debate público sobre a religião se integre dentro do âmbito escolar. Além disso, trabalhar com a educação das relações étnico-raciais juntamente com as experiências individuais e coletivas dos alunos, é oferecer um debate justo, igualitário, que propicie na diversidade e inclusão das etnias, suas religiões e deidades. Através dessa reflexão, se faz necessário repensar sobre como o espaço escolar pode ser um dos agentes que possibilita aos corpos negros uma construção de sua identidade, aceitação e valoração através de um ensino que garanta a liberdade religiosa e de ser.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

ASSIS, Wendell Ficher Teixeira. **Do colonialismo à colonialidade: expropriação territorial na periferia do capitalismo**. CADERNO CRH, Salvador, v. 27, n. 72, p. 613-627, Set./Dez. 2014.

BERGER, Peter & BERGER, Brigitte (1973). **Socialização: como ser um membro da sociedade**. In: FORACCI, Marialice M. & SOUZA MARTINS, José (orgs.). Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia. São Paulo/Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, pp. 200-214.

BRASIL. **Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC, 2004.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. In: Brasil. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. p. 496-513.

ELEOTERIO, Josiane Nascimento da Silva. **Intolerância Religiosa e Violência Frente às Práticas Educacionais**. São Leopoldo: Protestantismo em Revista, v. 46, n. 01, p. 64. Jan./jun. 2020.

ELIAS, Norbert [e] SCOTSON, John. L. (2000). **Os estabelecidos e os outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade**. Rio de Janeiro, Zahar.

FERNANDES, Florestan. **O Negro no Mundo dos Brancos**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.

FREIRE, Jurandir Costa. **Da cor ao corpo: a violência do racismo**. In: SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se Negro*. Rio de Janeiro: Graal, 1983. Coleção Tendências, v. 4.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes (Trad.). Rio de Janeiro: LTC, 1975.

IBGE, Censo. 2010. Disponível em: < <https://censo2010.ibge.gov.br/> >. Acesso em 19 de junho de 2023.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação – Episódios de racismo cotidiano**. Tradução Jess Oliveira. 1. Ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MACHADO, Carly. In: **Estigmas religiosos no ambiente escolar: o caso das religiões de matriz africana**. Feira de Ciências Conflitos e Diálogos na Escola, 2020.

MIRANDA, Ana Paula Mendes de; CORRÊA, Roberta de Mello; ALMEIDA, Rosiane Rodrigues de. **Intolerância religiosa: a construção de um problema público**. *Intolerância Religiosa* 2(1), jul-dez, 2017.

MIRANDA, Ana Paula Mendes de; MAIA, Bóris. **Ensinar religião ou falar de religião? Controvérsias em escolas públicas do Rio de Janeiro**. *Revista Teias*, v. 15, n. 36, p. 80-97, 2014.

MIRANDA, Ana Paula Mendes de. **Motivo presumido: sentimento?: Identidade religiosa e estigmatização escolar no Rio de Janeiro**. *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social - Edição Especial nº 1 - 2015* - pp. 139-164.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. 4. Ed. 2. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. 3ª ed. – São Paulo: Perspectivas, 2016.

NETO, Alberto Paulo. **A tolerância religiosa como princípio jurídico-político**. In: PERONDI, Ildo; NETO, Alberto Paulo (Orgs.). *Intolerância e tolerância religiosa: análise e perspectiva*. São Paulo: Edições Fons Sapientiae, 2017.

PEREIRA, A. A.; SILVA, J. R. S. da. **Possibilidades na luta pelo ensino de histórias negras na era das bases nacionais curriculares no Brasil e nos Estados Unidos: a Lei 10.639/03 e os National History Standards**. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 37, e76993, 2021.

RUBBO, D. “**Aníbal Quijano e a racionalidade alternativa na América Latina: diálogos com Mariátegui**”. *Estudos Avançados*, vol. 32, n. 94, 2018.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se Negro**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.